


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006093-76.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **José Teles da Silva**
 Requerido: **Estado de São Paulo**

Em 04 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

VISTOS.

Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **JOSÉ TELES DA SILVA**, contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sustentando padecer de “*Diabetes Mellitus*”, doença crônica, que requer acompanhamento médico regular e ingestão de medicamentos para controle de níveis glicêmicos, razão pela qual lhe foi prescrito o uso contínuo e por tempo indeterminado do medicamento “*Vildagliptina*”, denominado no mercado por “*Galvus*”, sendo que, mesmo após ter diligenciado com a intenção de obtê-lo através da rede pública, teve seu pedido indeferido, embora dele necessite, com urgência, a fim de minorar os seus problemas de saúde. Alega que seu estado de saúde é grave e não possui recursos financeiros para arcar com as despesas do medicamento.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito e objeto da presente Ação Ordinária, por não vislumbrar quaisquer das hipóteses do artigo 82 do Código de Processo Civil ou dos artigos 127 e 129 da Constituição Federal (fls.19 –vº).

A liminar foi concedida a fls. 20/21.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação a fls. 37/45. Arguiu, preliminarmente, que o pedido da exordial é genérico e incerto. No mérito, argumentou que os medicamentos para o tratamento do diabetes sempre estiveram à disposição do autor e bastava ele comparecer às UBS designadas pelo município, munido da prescrição médica, para obter a sua pronta dispensação.

Réplica a fls. 48/51.

É O RELATÓRIO.
PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.
0006093-76.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Afasto, inicialmente, a preliminar arguida, pois não há que se falar em pedido incerto e genérico, já que o autor descreveu a moléstia que o acomete e requereu o provimento jurisdicional que lhe garante a manutenção da saúde, buscando-se o fornecimento do medicamento necessário ao tratamento de sua moléstia e não a concessão de um determinado medicamento.

No mais, o pedido merece acolhimento.

Configura-se a saúde, direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Cabe aos Estados ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls.08.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 08), pois é assistido por Defensor Público. Por outro lado, não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente.

Ademais, foi um médico vinculado à Secretaria da Saúde do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Município quem prescreveu o medicamento.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, para o fim de condenar o réu a manter o fornecimento do medicamento descrito na inicial, ficando mantida a tutela antecipada, agora sob pena de sequestro de verbas públicas, ficando, apenas revogada a multa cominatória.

Não há condenação em honorários, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 04 de outubro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA